

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, informações sobre a aquisição de vacinas de segunda geração contra a covid-19.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, informações sobre a aquisição de vacinas de segunda geração contra a covid-19.

Nesses termos, formulamos as seguintes perguntas:

1. O Brasil ainda dispõe de contratos vigentes tendo como objeto a aquisição de vacinas contra a covid-19? Em caso positivo, solicitamos a discriminação dos fabricantes e fornecedores junto aos quais eles foram firmados, bem como cópia desses instrumentos de compra.
2. Qual é o cronograma de entrega de doses das vacinas prevista nesses contratos?
3. Quando findam as obrigações dos atuais contratos de aquisição de vacinas contra a covid-19?
4. Os contratos vigentes de aquisição de vacinas contra a covid-19 possuem cláusulas que obrigam os fabricantes a entregarem a segunda geração desses produtos, com formulações atualizadas



para conferir proteção contra a variante ômicron do vírus Sars-Cov-2 e suas diferentes linhagens?

5. Se negativo, quando serão firmados novos instrumentos contratuais para a aquisição de vacinas contra a covid-19? Nesse caso, o Ministério da Saúde pretender incluir cláusulas que prevejam a entrega de imunizantes com formulação devidamente atualizada?
6. A imunização contra a covid-19 será incluída no Calendário Nacional de Vacinação? Para quais faixas etárias?
7. Quando a população será vacinada com formulações atualizadas das vacinas contra a covid-19, eficazes para promover proteção contra novas variantes do vírus Sars-Cov-2, especialmente a variante ômicron e suas diferentes linhagens?
8. Que investimentos e parcerias o Ministério da Saúde está realizando para que fabricantes nacionais de imunizantes, como o Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz, busquem a atualização das vacinas contra a covid-19 e uma eventual autossuficiência brasileira na produção desse insumo?

JUSTIFICAÇÃO

Entre os vários erros do governo Bolsonaro no combate à pandemia da covid-19, os mais graves certamente foram não implementar a estratégia de busca precoce de insumos para a vacinação em massa contra a doença e não priorizar a vacinação em seus atos e seus discursos.

Além de não realizar campanhas massivas que educassem a população e a incentivassem a procurar as salas de vacinação do Sistema Único de Saúde (SUS), dissipando eventuais desconfianças, a incompetência e a negligência do Ministro da Saúde que ocupou o cargo durante o maior tempo desse período impediu a

aquisição antecipada de doses de vacinas e atrasou a imunização, resultando em muitos óbitos que poderiam ter sido evitados.

Embora tenhamos passado pela fase mais aguda e cruel da pandemia – mesmo que de maneira desastrosa, com quase setecentas mil mortes –, atualmente é consenso entre especialistas que a aplicação de doses de reforço da vacina ainda é necessária para a manutenção de um cenário de segurança e a prevenção da disseminação da doença.

Por isso, ainda é preciso fiscalizar a atuação do Poder Executivo quanto à política de imunização contra a covid-19, principalmente porque pesquisadores têm detectado novas linhagens do vírus Sars-Cov-2, como a BE.9, originada da variante ômicron no Amazonas e descoberta pela Fundação Oswaldo Cruz.

Nesse contexto, consideramos primordial conhecer as ações do Ministério da Saúde com vistas à compra de vacinas de segunda geração contra a covid-19, para impedirmos que o Brasil, mais uma vez, sofra com o desabastecimento desses produtos, como já ocorreu nesse passado recente. As novas formulações foram atualizadas para incorporar variantes mais recentes do vírus, o que é essencial para a segurança sanitária da população brasileira.

Enfatizamos que somente a vacinação em massa – e não o contágio – pode conferir a proteção coletiva contra a doença e, para tanto, é preciso conduzir uma política de aquisição efetiva e tempestiva de imunizantes.

Por isso, apresentamos o presente requerimento, que busca informações junto ao Ministério da Saúde sobre a aquisição de vacinas de segunda geração contra a covid-19.

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, informações sobre a aquisição de vacinas de segunda geração contra a covid-19.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 2022.

Senadora Simone Tebet
(MDB - MS)

